Os Reinos Ibéricos na Idade Média

Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Coordenação de

Luís Adão da Fonseca
Luís Carlos Amaral
Maria Fernanda Ferreira Santos

Vol. II

editora Civilização

FICHA TÉCNICA

Obra publicada ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Letras
da Universidade do Porto e a Livraria Civilização

Copyright © 2003 Livraria Civilização Editora

Todos os direitos reservados
1.ª edição / Setembro 2003

Fotocomposição e paginação electrónica,
impressão e acabamentos efectuados na
Companhia Editora do Minho, S. A. – Barcelos,
para Livraria Civilização Editora no mês de Maio de 2003

Depósito Legal n.° 196233/03

ISBN da colecção: 972-26-2060-6
ISBN do Vol. II: 972-26-2135-1

Livraria Civilização Editora
R. Alberto Aires de Gouveia, 27
4050-023 Porto

civil@mail.telepac.pt

Ilustração da Capa: conjunto de escudos de armas do Livro do Armeiro-Mor
(séc. XVI), IAN/TT, Lisboa

Tendo em conta a grande diversidade de normas de citação
bibliográfica utilizadas pelos autores nacionais e estrangeiros, e
apesar dos esforços do grupo de coordenação no sentido de promover
a uniformização das mesmas, foi decidido respeitar-se
integralmente as opções tomadas pelos autores.
Os coordenadores aproveitam, também, para agradecer toda a generosa
colaboração dada pelas Dras. Maria Idalina Azeredo Rodrigues e
Maria Ondina do Carmo, funcionárias do Departamento de
História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na
preparação do presente Livro de Homenagem.

A Expansão Otomana
e a reacção portuguesa no reinado de D. Afonso V
(1453 -1481)

Ivo Carneiro de Sousa *

Informada e organizada tanto como discutida e polémica se mostra a prolixa obra historiográfica de Rui de Pina que continua a esperar poder um dia reunir uma colecção de estudos maiores permitindo avaliar e interpretar a sua generosa pluralidade temática e narrativa, sobrepujando definitivamente esses recorrentes e pobres debates em torno da originalidade do seu labor cronístico[1] que embaraçam e limitam a compreensão da sua contribuição para a história da historiografia portuguesa. Frequentada (mal) tantas vezes pela suas crónicas dos monarcas da primeira dinastia, nelas se buscando provas de um pouco ético «plágio» dos textos «perdidos» de Fernão Lopes[2], a cronística de Rui de Pina não tem sido suficientemente investigada enquanto cuidadosa construção manuelina da legitimidade da dinastia de Avis, concorrendo para justificar e consolidar o seu poder, invadindo-a de legitimidade histórica, de passado e dos «favores divinos» que se acreditava colaborarem para engrandecer feitos políticos e vitórias militares. Apesar da produção historiográfica de Rui de Pina se situar também no coração de um demorado debate entre «juristas» e humanistas pela apropriação das condições normativas de encomenda e redacção do discurso histórico (um tema exacerbado, mas não resolvido, pela intervenção cronística de Damião de Gois[3]), a sua ampla produção histórica continua a filiar-se numa tradição definida ainda nos finais da nossa Idade Média, dominada pelo cruzamento entre o esforço jurídico-notarial e o predomínio da história político-militar oficial. Um predomínio que resistiria demoradamente na história da historiografia portuguesa, resistindo incólume aos esforços dos historiadores humanistas, portugueses e estrangeiros, absolutamente incapazes de inaugurar mesmo ao longo do século XVI uma tradição historiográfica

---

* Professor do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador-coordenador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPESA). Aluno do Professor Doutor Humberto Baquero Moreno na cadeira de «História de Portugal (séculos IX-XIV)» no ano lectivo de 1978/79.

[1] Acerca dos debates em torno da originalidade da obra de Rui de Pina, acusado ainda no século XVI tanto por Damião de Gois como por João de Barros de se ter apropriado de «antigas» crónicas organizadas por Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, veja-se o trabalho fundamental de SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portu guesa,* I, Lisboa, 1973, pp. 101-102. Um ponto actualizado de situação pode frequentar-se na competente investiga ção de RADULET, Carmen, *O Cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do Congo»,* Lisboa, 1992.

[2] A discussão deste tema ganha com a leitura do estudo de MACCHI, Giulano, *Un problema delia storiografia portoghese: le opere perdute di Fernão Lopes,* in «Cultura Neolatina», vol. XXIII (1963). Não pode deixar de se acusar a dimensão também ideológica deste debate ancorado a um exacerbado engrandecimento comemorativo, mas não científico, da obra de Fernão Lopes que, conquistando uma eternidade memorial, seria marcada por valores «nacio nais» e «populares» inscritos numa espécie de perene «alma» nacional intemporal. Para estas ideias quase essencialistas, as intervenções de outros cronistas mais vinculados a uma renovada historiografia política oficial ou aos *studia humanitatis* trilhavam processos discursivos e culturais definitivamente afastados da dignidade «nacional» vazada na originalidade da obra de Fernão Lopes que muitos, depois dele, tentaram, mas não conseguiram imitar.

3 A forte intervenção de Damião de Gois contra o trabalho cronístico de Rui de Pina acolhe-se à quarta parte da *Crónica do felicíssimo Rei Dom Manuel,* sendo muito significativo que toda a argumentação acusando o velho cro nista se faça não em nome de uma «nova» forma de escrever a história, como a humanista, mas antes a partir das acusações de plágio e da degradação que causara na própria tradição cronista portuguesa, especializando um esti lo «muito afeitado» «pollos muitos adiectiuos, & epithetos que se usavam naquelle tempo» (GOIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel,* Coimbra, 1955, p. 107).

assente na prioridade do latim e na imitação da história clássica que Leonardo Bruni (c.1370--1444) havia especializado como o discurso que se passaria a conhecer por história humanista^.

A produção cronística de Rui de Pina oferece um formidável repositório de informações que, especialmente para os reinados de D. Afonso V e D. João II, ajuda a perceber tanto a consolidação do poder interno da soberania como também os seus renovados investimentos internacionais que, nesse período, não se reduziam a uma glorificação dos primeiros andamentos dos feitos ultramarinos, preferindo exornar a conquista de uma nova posição de Portugal no concerto peninsular ibérico e romano, especialmente no meio papal. Neste plano das relações internacionais, constitui mesmo contributo maior do labor historiográfico e documental de Rui de Pina a crónica do demorado reinado de D. Afonso V. Um texto visitado tantas vezes para se investigar os diferentes planos contraditórios da edificação da soberania interna e muito menos frequentado enquanto documento propositadamente balizador da ideia, entre propaganda e */ides,* de uma nova missão e posição de Portugal no Mundo. São neste domínio muitas as pistas que concorrem para se reconstruir um esforço ideológico que, na segunda metade do século XV e nos primeiros anos de Quinhentos, mobilizou muitos intelectuais que, ao serviço da Coroa, como secretários, oradores ou cronistas, procuravam qualificar o tema de uma posição privilegiada da nação portuguesa na história geral da salvação. Um ternário trabalhado igualmente de forma cuidadosa pela produção historiográfica de Rui de Pina, procurando elaborar muitos dos temas e lugares que, da renovação e apropriação da ideia de cruzada à exornação das conquistas militares no Marrocos, passando pela prioridade da militância religiosa dos reis portugueses, foram erguendo a lição sobre a posição de vanguarda do reino de Portugal na propagação e defesa da fé, requalificando a sua posição na constelação das relações internacionais da cristandade ocidental.

Entre os muitos apontamentos que Rui de Pina coligiu e divulgou na sua crónica de D. Afonso V vinculados à representação de temas de larga projecção internacional, com incidência relevante na construção de uma nova ideologia oficial da soberania portuguesa, deve destacar-se também a importância da muito pouco estudada^ atenção que o cronista entendeu dirigir para o processo de expansão otomana e da consequente posição portuguesa, sublinhando o seu impacto na organização de um novo edifício de relações entre Islão e Cristandade, entre Ocidente e Oriente.

A expansão otomana é rápida e imparável nos trinta anos que se estendem de 1451 a 1481, a duração do reinado de Mahomet II[6], exornado precisamente com o epíteto de Conquistador *(Fatio).* Para consolidar o seu poder interno face à nobreza turca e aos influentes líderes locais que se estendiam entre as costas do Mediterrâneo Oriental e o interior da Anatólia, Mahomet II lançou-se numa espectacular campanha militar com o objectivo de conquistar Constantinopla[7]. Para quem alguma vez teve possibilidades de visitar aquela que hoje

---

[4] Uma das mais completas investigações sobre a historiografia humanista encontra-se no trabalho referencial de COCHRANE, Eric, *Historians and Historiography in the Italian Renaissance,* Chicago, 1983. Nesta investigação exem plar define-se a história humanista como um discurso literário latino reconstruindo a história política, militar e cro nológica do passado, privilegiando a imitação da *História de Roma,* de Tito Lívio, e da *História da Guerra do Peloponeso,* de Tucídides, sendo a obra que inaugura esta corrente historiográfica o trabalho que Leonardo Bruni, chanceler humanista da República de Florença, intitulou *Historiarum Florentini Populi Libri XII* Veja-se também o ensaio fundamental de BARON, Hans, *The changedperspective ofthe Past in Bruni's "Histories of the Florentine people",* in «Essays on the Transition from Medieval to Modern Thought», Princeton, 1988, I, pp. 43-67.

[5] Excepção relevante é o trabalho sério e informado de LIMÃO, Paula, *Portugal e o Império Turco na ãrea do Mediterrâneo,* Lisboa, 1994, 2 vols. (pol.).

6 Preferimos traduzir por *Mahomet* como o faz GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os descobrimentos e a Economia Mundial,* Lisboa, 1982, II, p. 52.

[7] Existe uma tradição islâmica importante sublinhando o interesse fundamental da conquista de Constantinopla para a concretização de um projecto de império universal islâmico. Esta tradição remete mesmo para o Profeta,

se chama Istambul, rapidamente se percebe o tempo e o modo do cerco e conquista da capital do Império romano do Oriente. A muitos poucos quilómetros das formidáveis muralhas e enormes torreões que, desde a época clássica, guardavam a cidade imperial, descobre-se um imponente forte debruçado sobre as margens europeias do Bósforo: o castelo Rumeli Hisari, erguido em quatro rápidos meses por milhares de soldados para controlar as saídas para o Mar Negro, permitindo o afluxo de tropas otomanas a partir da Anatólia. Marcava também a orgulhosa fortaleza uma nova etapa das relações políticas, militares e económicas com o Mediterrâneo Ocidental, colocando a autorização da navegação do Bósforo sob a firme disposição do poder otomano[8]. A história da conquista de Constantinopla é suficientemente conhecida. Poupada ao direito de saque e massacre permitido pela lei islâmica contra uma cidade que resistira, a rebaptizada Istambul viria a tornar-se o centro de um novo império quase reconstruindo territorialmente o império oriental na nova forma política de um califado imperial.

A notícia desta conquista chega a Portugal rapidamente, sendo recordada por Rui de Pina na *Crónica de D. Afonso* Fem capítulo próprio (135), intitulado «Como o Grão Turco tomou a cidade de Constantinopolly, e o Papa publicou cruzada contra ele, e el-rei Dom Afonso a tomou». Este capítulo é especialmente interessante para se perceber como foi enquadrado estrategicamente o problema otomano na política interna e externa portuguesa deste período, tanto no vector expansionista quanto na determinação de uma nova posição do reino português nas relações internacionais intermediadas pelo papado. Sigamos, por isso, a crónica de Rui de Pina que, neste andamento capitular, começa por explicar que

> «no Maio deste ano de mil e quatrocentos e cinquenta e três, o Grão Turco chamado Mafamede tomou por cerco a nobre cidade de Constantinopolly em Grécia, cabeça do império no Oriente, e a cidade de Pêra com muitos outros reinos e províncias de cristãos de Europa e Ásia, sendo papa na Santa Igreja de Roma Nicolau sexto, que de muito velho e enojado do caso a que quisera prover, logo faleceu e sucedeu em seu lugar o papa Calisto terceiro de nação valenciano, em virtudes, saber e esforço homem mui singular, e com a dor e perdição daquelas cidades e terras, e aceso em um santo ardor de as cobrar convocou e incitou para isso por seus breves e mensageiros todos reis e príncipes cristãos.»9

Percebe-se, assim, que a notícia da queda «desta» Constantinopla situada «em Grécia» é comunicada ao monarca português por via papal, sendo D. Afonso V convocado a mobilizar o seu apoio para um projecto de cruzada capaz de recuperar os territórios e cidades cristãs conquistados pelos otomanos. Acompanhando a crónica de Rui de Pina, o rei parece ter reagido favoravelmente ao apelo do papa, procurando reunir uma força significativa de «doze mil homens», preparando igualmente navios e armas. O projecto viria, contudo, a gorar-se entre 1457 e 1458, porque «el-rei por então desistiu daquela ida, assim porque lhe faleceu para isso muito dinheiro, como porque o papa Calisto faleceu[10], que deu causa aos outros príncipes cristãos também desistirem» (p. 767). No entanto, a verdadeira razão desta desmobilização julga-se

---

tribuindo-lhe a sentença de que «aquele que vier a destruir o imperador bizantino e dispender os seus tesouros em benefício de Deus será o esperado quando conquistar Constantinopla» (Referido em KHALDUN, Ibn, *The Muqaddimah: an Introduction to History,* New York, 1958, II, 193).

[8] INALCIK, Halil, *The Ottoman Empire. The Classical Age (1300-1600),* Londres, 2000, p. 23.

9 Seguimos a edição da *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V* oferecida em PINA, Rui de, *Crónicas,* (ed. de M. Lopes de Almeida), Porto, 1977, p. 767. Optamos por modernizar o texto proposto que, reproduzindo a publicação feita por ordem da Academia Real das Ciências, em 1790, se afasta de qualquer esforço de edição crítica séria e rigorosa também no plano filológico. Passaremos a indicar em seguida, no corpo do texto citado, entre parêntesis, a respectiva paginação.

[10] A morte do papa Calisto III ocorreu precisamente a 6 de Agosto de 1458.

não ter sido financeira e militar, mas fundamentalmente estratégica e política. Rui de Pina explica, aliás, rigorosamente que o rei português tinha sido também

> «certificado que el-rei de Fez sabendo de sua partida fora de seus reinos, se aparelhava vir como veio sobre Ceuta; mas porque então achou a cidade com mais força e maior segurança do que fez fundamento, alevantou o cerco com propósito de logo tornar sobre ela com mais artilharias, engenhos e poder. E tendo el-rei [D. Afonso V] muita frota e gente prestes para empregar como dizia, ocorreram-lhe três empresas juntamente: a primeira era a necessidade que tinha de prover e remediar aos males e roubos que neste tempo os franceses faziam no mar aos naturais destes reinos, de que os mercadores a el-rei muito se querelavam. A segunda, cumprir sua promessa acerca da guerra dos Turcos, que já tinha publicada, e para que tinha feitos muitos percebimentos. A terceira, a ida de África com fundamento de tomar aos mouros algum lugar, com que de cercos e afrontas afrouxassem Ceuta, e sobre todas as três teve conselho» (pp. 767-768)

A discussão política destas três vias, afinal, de defesa e afirmação estratégica do reino português em espaços de comunicação e conflito internacionais é particularmente interessante, cruzando-se com os próprios destinos da dinastia que, depois do conflito dramática mas não definitivamente encerrado em Alfarrobeira, residia agora nas opções políticas e militares legitimadoras de D. Afonso V. Relevante é também a apresentação clara de diferentes propostas e divergências que uma investigação mais demorada poderia tratar de ligar à diversidade de ideologias e concepções da soberania que, alguns anos mais tarde, no reinado de D. João II, haveriam de se afrontar violentamente para se estabilizarem apenas com a construção do absolutismo manuelino tão rico em especiarias como em grandes reformas unificadoras da soberania política e social. Seja como for, a crónica oficial de Rui de Pina mostra-se extremamente cuidadosa na reconstrução das opiniões do conselho, discriminando e fulanizando os argumentos apresentados:

> «E a primeira, de tamanha frota andar pelo mar à ventura, houveram que era coisa duvidosa e não certa, e ainda com despesa e perigo. E a segunda de seguir a empresa do Turco não menos por escusada, pois el-rei ficava nela só, em que pela desigual comparação de poder, que dele ao contrário Turco havia, sem dúvida se perderia. E porém o Marquês de Valença e alguns que o seguiram aconselhavam el-rei que esta sobre todas era razão que seguissem, pois o prometera e se esperava por isso em toda a Cristandade, tendo ainda por mor e mais forte contradição que devia ir por terra e não por mar, em cujo voto foi de todos confundido, e alguns tiveram que a tenção do Marquês em dar e suster conselho de tantas contrariedades não fora senão por arredar el-rei da afeição da rainha, de que muito se receava por causa da morte do infante Dom Pedro seu padre, em que ele fora o principal mo vedor. E finalmente a terceira de passar em África se houve por melhor, especialmente que pressupunha que el-rei de Fez magoado de chagas novas que com sua passagem tomando algum lugar receberia, viria sobre el-rei que lhe daria batalha, e com a ajuda de Deus o venceria, e porém as coisas sucederam logo no reino de maneira que este desejo e determinação se não pode assim cumprir» (p. 768)

Interessante se afigura esta dicotomia entre as opiniões, se quisermos, da «terra» e do «mar», confrontando ideias vinculadas a uma tradição de cavalaria nobiliária, alimentando ideários de cruzada e milícia territoriais de acenos ibérico-europeus, face a uma outra ideia de nobreza vazada na expansão e conquista africanas que, exigindo o alargamento dos horizontes marítimos, era entendida como a verdadeira cruzada. É possível que o reinado de D. Afonso V tenha procurado equilibrar estas tendências divergentes, opção que, estendendo-se do alargamento da

concessão de títulos nobiliárquicos ao fortalecimento das ordens militares, parece comprovar-se através quer das aventuras militares ibéricas quer das conquistas no Marrocos, empresas não despidas, como se sabe, de alguns insucessos dramáticos. Durante este período, do outro lado do Mediterrâneo, a expansão otomana foi também consolidando um programa político e militar de conquista que não se afastava muito das justificações ideológicas que se discutiam no Portugal dos anos sessenta e setenta de Quatrocentos. Com efeito, a ideia dominante de conquista que concorria para consolidar o reinado de Mahomet II assentava em dois objectivos fundamentais: primeiro, tratava-se de combater o infiel, na tradição *gazi*[11], impedindo ao mesmo tempo a aliança de forças ocidentais hostis ao império; segundo, a expansão deveria também revestir formas de alargamento territorial, especialmente em direcção às regiões balcânicas[12]. Ao longo igualmente das décadas de 1460 e 1470, Mahomet II não procurou concretizar face ao ocidente cristão uma qualquer política de expansão e conquistas, antes foi preferindo firmar acordos com as repúblicas comerciais italianas, permitindo a Veneza um generoso acesso mercantil aos territórios turcos e concordando com a presença de comerciantes de Génova em certas ilhas do mar Egeu. É precisamente o fim destes acordos e, ao mesmo tempo, a consolidação territorial e económica da presença otomana nos Balcãs que obriga a expansão turca a aproximar-se do ocidente.

Uma aproximação que reveste e aproveita mudanças económicas importantes. A crise monetária italiana decorrendo da escassez de metal branco na Europa centrai encontrava-se, em meados do século XV, numa situação crítica que a expansão otomana e portuguesa aprofundaram nas décadas seguintes. Recorde-se que a conquista portuguesa de Ceuta retirava às cidades italianas um espaço de abastecimento de ouro no Magrebe, enquanto as conquistas otomanas na Sérvia interrompiam as explorações das minas de Novo Brodo, colocadas desde 1455 ao serviço da economia turca[1^]. Acrescente-se neste período, do lado português, a chegada ao ouro do Sudão através das praças africanas, de Arguim e dos rios da Guiné, concretizando rapidamente o caminho que haveria de conduzir à cunhagem do cruzado, a moeda nacional por excelência[1^]. Segue-se o ouro de São Jorge da Mina que, somado ao açúcar da Madeira, duplicava rendas e lucros, explicando que o reino pudesse sustentar de 1475 a 1480 uma guerra com Castela e preparar, quase de imediato, um novo projecto de aventura e cruzada contra a expansão otomana. Uma aventura fixada novamente na crónica de D. Afonso V de Rui de Pina que, no seu antepenúltimo capítulo (210), apresenta este título sugestivo: «Do socorro que pelo bispo de Évora foi enviado contra o Turco, quando tomou a cidade de Tranto em *Itália*». Trata-se de um outro trecho muito pouco visitado em que a brevidade informativa se encontra plenamente compensada pela importância do elogio da reacção portuguesa face à chegada dos exércitos e armadas otomanos à península itálica, conquistando no seu extremo sudeste, em 1480, a cidade

---

[11] A noção de *gâzt,* um guerreiro mobilizado para o combate em nome do Islão, mostra-se um cimento ideológico precioso na construção dos primórdios da expansão otomana, consolidando o caminho que haveria de transformar um pequeno principado de fronteira num grande império territorial. Veja-se, a pro pósito desta transformação, a síntese de SHAW, Stanford J., *History of the Ottoman Empire and Mo der n Turkey,* I (Empire of the Gazis. The Rise and Decline of the Ottoman Empire - 1280-1808), Cambridge, 1976, pp. 12-39.

[12] Neste caso, salvaguardadas distâncias e dimensões, deparamos com um processo de definição de frontei ras e equilíbrios terrestres que, vazando-se em vizinhanças e alianças complexas, não é muito diferente do suce dido no Portugal deste período quando se estruturam os grandes espaços que definem uma península ibérica política. No caso otomano, trata-se de um processo com ampla expressão peninsular, perseguindo uma nova forma política de comunicação e integração das grandes «penínsulas» balcânica e anatólica, um tema problematizado com algum interesse no pequeno trabalho referencial de KITSIKIS, Dimitris, O *Império Otomano,* Lisboa, s/d., pp. 11-13.

!3 GODINHO, V. M., *ob. cit.,* p. 52. [14]

GODINHO, V. M, *ob, cit.,* p. 52.

de Otranto, com estridentes ressonâncias na Península Ibérica[15]. Rui de Pina recorda este episódio de alarmante repercussão por toda a Itália e, em especial, de verdadeiro pânico na corte pontifícia:

> «E por quanto no ano passado de mil e quatrocentos e oitenta, o exército do Grão Turco com seus capitães passou em Itália no Reino de Nápoles e por força tomou na Pulha a cidade de Tranto com outras vilas e castelos, com grande e piedoso estrago de cristãos. E Dom Afonso Duque de Calábria, filho de el-rei de Nápoles era já em cerco sobre a cidade para a cobrar. O papa Sixto quarto, que então era presidente na Igreja de Deus, por atalhar à destruição de Itália e Roma, que se aparelhava, enviou pedir socorro e ajuda a todos os Reis e Príncipes cristãos» (p. 877)

Vinte e sete anos após a conquista de Constantinopla, a expansão otomana encravava-se na própria Itália, sendo chamado de novo o reino de Portugal a responder afirmativamente aos apelos de socorro papal. Desta vez, D. Afonso V não se limitaria a preparar apoio militar, mas concretizaria o seu auxílio, organizando uma frota poderosa que, dirigida pelo bispo de Évora D. Garcia de Meneses, rumou decidida em direcção a Roma. O texto cronístico de Rui de Pina explica detalhadamente não sem assumida apologética este episódio, referindo que os esforços portugueses

> «enviaram para a dita expugnação do Tranto e resistência do Turco, o bispo de Évora Dom Garcia de Meneses com grande frota e muita e mui nobre gente de seus reinos, que de caminho tocando em Barcelona onde eram os reis de Castela, foi a gente de Portugal e suas armas e gentileza muito louvada. E daí foi a Ostia porto de Roma por onde entrou pelo Tibre acima, e o Papa o recebeu e ouviu em São Paulo, onde o bispo porque entre os oradores de Itália era singular orador, lhe fez uma elegante e para o caso mui louvada oração.» (p.878)

Repare-se que o texto cronístico, escrito, recorde-se, nos alvores do reinado do Venturoso, sublinha não apenas a dimensão militar deste socorro, mas trata também de realçar a sua dimensão simbólica e cultural com evidente reflexo em duas das principais direcções da política externa portuguesa epocal: a primeira, expressando-se tanto no louvado contacto com os reis de Castela como na subida «triunfante» do Tibre; a segunda, concretizando-se numa cuidada oração latina que o bispo eborense leu perante o sumo pontífice e a sua corte. Os acenos prefigurativos do texto aos grandes investimentos de aparato que, entre embaixadas ao papa, rinocerontes, elefantes e muitas impressões de textos latinos, procuravam exornar a grandeza da expansão marítima durante o reinado manuelino são mais do que evidentes. Em continuação, o cronista informa, com veia crítica, ter o bispo Garcia de Meneses demorado exageradamente em Roma, tratando de vários problemas dos seus bispados de Évora e Guarda, pelo que, quando se dirigiu a Nápoles, já lhe havia adoecido e morrido «muita gente», recebendo também «certa nova, que pela morte do Turco que então de peçonha morrera em Grécia, os que em seu nome tinham a cidade de Tranto desesperados de socorro, por partido se deram ao dito Duque de Calábria, o dito bispo de Évora cessou sua ida. E depois de despedir em Roma suas coisas, se veio a estes reinos depois da morte de el-rei Dom Afonso.» (p. 878)

Frustrava-se e adiava-se novamente o recontro entre as milícias portuguesas e otomanas. De facto, a 3 de Maio de 1481 morria o grande conquistador Mahomet II, desenlace que obrigaria as tropas otomanas a abandonar praticamente sem combate essa aventura militar na Itália

---

15 Deve sublinhar-se o impacto que a conquista otomana de Otranto teve nos reinos peninsulares, especialmente em Aragão que, como se sabe, mantinha forte presença política no sul de Itália. Um tema dicutido em LIMÃO, Paula, *ob. cit.,* p. 286. Veja-se também o quadro geral das relações peninsulares e a especificidade da posição política e diplomática portuguesa em FONSECA, Luís Adão da, O *Condestável D. Pedro de Portugal,* Porto, 1982, pp. 117-118.

que, no futuro, não voltariam a repetir apesar de várias ameaças sobretudo navais. Atrasados, os vinte e um navios do socorro português foram ainda convidados pelo papa a prestar auxílio a um complicado projecto de avanço cristão contra territórios balcânicos ocupados pelos otomanos, tentando recuperar o porto de Valona, na Albânia, para, em seguida, procurar reganhar posições e cidades na Grécia: Garcia de Meneses não aceitou colaborar nesta «cruzada» e ver-se-ia mesmo acusado pelo papa de praticar actos de pirataria durante o seu périplo naval nas costas do sul de Itália...[16] Pese embora este final aparentemente longe de qualquer glória militar para as armas de Portugal, reunindo desde membros proeminentes da grande nobreza a futuros «heróis» do «império oriental» como Afonso de Albuquerque[17] entretidos somente com algumas polémicas acções de corso, a narrativa cronística de Rui de Pina não é o único texto conhecido em que se fixa e perspectiva esta mobilização portuguesa contra a expansão otomana. Conhece-se, felizmente, o texto da oração latina que o bispo de Évora e comandante da força militar portuguesa pronunciou perante o papa Sixto IV, em 31 de Agosto de 1481, na cidade de Roma. Apesar de, nesta data, ser conhecida já a morte do grande sultão otomano, de ter sido levantada em 10 de Julho a ocupação militar de Otranto e mesmo, mais longe, o cerco de Rodes, esta atrasada ajuda portuguesa não impediu que o bispo de Évora lê-se a sua oração e procurasse difundi-la pelos prelos, assim vincando a sua dimensão também de texto de propaganda e acto de fé. A oração foi, de facto, rapidamente impressa[18], correndo em pequeno opúsculo de 20 páginas, edição provavelmente rápida e barata, se atendermos à singeleza quase rude dos tipos e às numerosíssimas emendas, riscos e erros tipográficos grosseiros encontrados no texto estampado. Desprovida de título, destaque-se a notícia da oração no seu primeiro parágrafo: *«Garsias Menesius eborensis presul quom Lusytanice regis inclyti legatus & regice classis aduersus turcos idrutem in apulia presidio tenentes prefectus ad urbem accederet in templo diui pauli publice exceptus apudXystum IHIpont. Maxi. & apud sacrum cardinalium senatum huiusce modi orationem habuit».*

Ultrapassadas estas apresentações verdadeiramente protocolares de uma oração que foi lida em audiência papal, entra-se numa rápida *narratio* centrada na exornação da figura de D. Afonso V «que sempre superou os outros príncipes deste tempo (com vénia de todos eles o digo) pelo incrível ardor de dilatar a fé católica e pela singular devoção a Deus imortal, soube do cerco de Rodes pelos crudelíssimos bárbaros, imediatamente começou a meditar, uma vez que se lhe afigurava tratar-se duma causa comum a todos os reis e repúblicas cristãs, na maneira como poderia equipar uma armada para com ela acudir os sitiados.» (pp. 27-28) Estava-se, nesta altura, no princípio de Dezembro de 1479 e, apesar da peste que atacava em Lisboa e noutras cidades marítimas portuguesas, o rei respondeu favoravelmente ao apelo papal de cruzada para libertar Rodes, situação imediatamente ultrapassada pela notícia da conquista otomana de Otranto, impondo uma nova urgência na ajuda militar dos reinos cristãos. Agora, era em ajuda da Itália e do próprio papado que D. Afonso V procurava mobilizar recursos e forças militares. E é precisamente neste plano da ideologia militar e da ideia de cruzada a ela associada que a oração procura revelar algumas lições que o rei português se encontrava a ensinar ao mundo cristão do seu tempo. A oração sublinha, por isso, em seguida, a sua verdadeira *propositio:* «pensando solicitamente várias vezes o estado comum de toda a república Cristã, pareceu-me oportuno dizer agora algo a respeito da guerra grave e calamitosa dos Turcos» (p. 28).

---

[16] LIMÃO, Paula, *ob. cit.,* pp. 295-296.

[17] A presença de Afonso de Albuquerque nesta armada em auxílio de Otranto documenta-se em LIMÃO, Paula, *ob. cit.,* p. 292.

[18] No final do opúsculo impresso pode ler-se: «Habita hec est oratio pridie Kalendas septembris salutis. Armo Millesimo quadríngentesimo octuagesimo primo: pontificatus uero Xysti IIII anno XI & eodem Rome impressa». Utilizaremos a edição *Oração ao Sumo Pontífice Sisto IV dita por D. Garcia de Meneses em 1481,* (ed. fac-similada, int. de Martim de Albuquerque e tradução de Miguel Pinto de Meneses), Lisboa, 1988. Passaremos a seguir a tradução pro posta nesta publicação, convocando o texto original latino apenas para a discussão de conceitos mais importantes.

Esta dissertação começa por realçar a dimensão contra-religiosa e anti-cristã da ofensiva otomana no ocidente latino, tema largamente aprofundado e meditado, transformado depois, por antítese, em motivação principal da restauração cristã. Explica, por isso, Garcia de Meneses que

> «Pelo que respeita, pois, a esta guerra, eu sei que muitos antes de mim deploraram muitas vezes neste lugar com excelente arte a queda do império de Constantinopla e a ruína e destruição, não digo já de grandes cidades e vilas, mas de reinos e províncias, e que expuseram eloquente e claramente, aos olhos de todos, os danos e opróbios derivados desta funestíssima guerra para a fé cristã. Sei que evocaram os sacrossantos altares de Cristo Jesus e de todos os santos, bem como os seus augustíssimos templos, manchados com a miserável morte de cristãos e reduzidos a vis estábulos de animais.» (p. 29)

Cada vez mais próxima e ameaçadora da cristandade ocidental, a expansão otomana havia-se transformado em motivo tanto de denúncia como de tópica retórica das letras cristãs, mas não conseguira mobilizar decididamente a ofensiva das armas. Em contraste, a oração de Garcia de Meneses procura afirmar-se precisamente como um apelo às armas que o próprio bispo, enquanto combatente e soldado cristão, tratava de simbolizar. Em continuação, a oração prefere explicar que

> «Por esta razão penso que vale mais a pena referir o modo como estas imanes feras podem ser vencidas e destruídas da memória dos homens, do que lembrar as coisas que fizeram contra a plebe cristã, estimuladas pelo seu furor, e também pela cobardia e fraqueza dos nossos capitães, bem como pela inércia e frouxidão dos povos. E, pelo que vejo, a situação chegou a tal gravidade, que os povos mais fortes, abalados de temor pelo exemplo das gentes mais fracas, hesitam e apavoram-se sem razão alguma.» (p. 29)

A ideia de fraqueza e demissão das forças cristãs face ao perigo otomano é um motivo recorrente da lição lida pelo bispo eborense perante a corte papal. Uma fraqueza que englobava os príncipes cristãos e a própria Igreja, mas que teria de ser agora completamente ultrapassada perante a ofensiva militar otomana no sul de Itália:

> «Mas, mesmo admitindo que era fatal a destruição de toda a Grécia e que a Eterna Majestade permitiu tal coisa por oculto desígnio e grande mistério da sua providência, acaso vamos por isso consentir que estas truculentas feras subam até ao povo romano e à Itália, cabeça do mundo? Embora eu, Deus me perdoe, não me aflija muito com a entrada deles na Apúlia, pois até em nenhum fundamento ponho maior esperança da sua ruína do que terem chegado à louca ousadia de atacar o povo latino. É que, assim, com o incêndio de tão perigosa guerra já quase à porta e até dentro do átrio de cada um, há razão para esperar que se movam as armas itálicas e simultaneamente as de todos os cristãos.» (pp. 29-30)

Esta renovada esperança na reunião das forças da cristandade contra a pressão da expansão otomana dependia de um factor fundamental: a mobilização militante da Igreja e de todos os seus sacerdotes. Recuperando uma discussão central na economia de ideias da oração do bispo de Évora, o texto discorre demoradamente acerca das próprias responsabilidades eclesiásticas nos problemas dramáticos que assolavam a cristandade, desafiando o clero a assumir uma nova atitude que se poderia inspirar nos exemplos acenados por Portugal ao reunir uma força militar de socorro importante comandada por um dos seus mais ilustres prelados:

«Mas penso ao mesmo tempo que ela é muito fácil de fazer, desde que V. Santidade com os distintíssimos prelados que vos assistem e todo o clero lhe apliqueis contínua atenção, pondo de lado, à excepção deste, todos os outros cuidados como supérfluos, conforme presentemente estais fazendo. E nisto deveis empenhar-vos mais, Santíssimo Padre, precisamente porque, e não devemos dissimular o que não se pode esconder, todos os povos e nações, por sua inata rivalidade com a nossa ordem, se convencem e persuadem de que todas estas calamidades acontecem ao povo cristão sobretudo pelos erros dos sacerdotes. Para mim mesmo falo, pois o experimentei muitas vezes: cada um atira sobre nós a culpa dos seus malefícios, e julga aliviar-se acusando a nossa vida e costumes. Por esta razão há que velar intensamente para que o povo não encontre em nós qualquer motivo de acusação. Se alguma vez demos lugar ao ócio, às delícias e à inércia, esforcemo-nos agora, agindo, moderando-nos e trabalhando para que o mundo, levado pelo nosso exemplo, não receie nenhum dano, nenhum risco, nenhum perigo ao assumir e prosseguir esta guerra», (p. 30)

A partir destes temas, não parece difícil compreender o ambiente característico de pré-reforma que se vivia nos meios religiosos europeus nas últimas décadas do século XV, período em que as críticas acusando os costumes do clero aprofundavam a discussão em torno da sua «ociosidade» e questionavam a sua missão. O que é mais significativo na oração de Garcia de Meneses é que a convocação destas críticas vai permitindo debuxar uma solução quase «paradoxal» (para as interpretações normativas consagradas pela historiografia religiosa, entenda-se), em que a reforma da Igreja se vinculava estreitamente à renovação do espírito de cruzada («assumir e perseguir esta guerra...»):

«Com estes actos fácil será levar os príncipes e os povos não só à defesa, mas também à propagação da religião cristã. Servir-vos-á de exemplo Urbano II que há cerca de 400 anos presidiu a esta naveta e governou a sé de Pedro em que vós por vontade de Deus estais posto. Reunindo em Clairmont de França um concílio de príncipes, armou 300 000 homens para recuperar a Ásia, há muito desviada do culto do verdadeiro Deus para a seita de Maomé e ocupada pelos infiéis. E chegou-se a tal ponto que esses homens, após muitas e grandes vitórias sobre os Turcos e outras gentes supersticosas, se apoderaram de tantas cidades, tantos reinos, tantas províncias e, enfim, da cidade de Jerusalém celebérrima pela morte e sepulcro do Redentor», (pp. 30-31)

Podem sumariar-se estas ideias, à falta de melhor conceituação, como uma solução ainda de funda raiz «medieval», adequada, afinal, ao nível cultural de uma personagem tão particular como o bispo de Évora, combatente activo de muitas guerras e campanhas militares para acabar, já nos inícios do reinado de D. João II, comprometido com os violentos processos de resistência nobiliária à centralização «cesareia» joanina, fazendo com que o monarca, em gesto de afirmação de poder, encarcerasse violentamente o prelado dentro de uma cisterna vazia do castelo de Palmeia em que haveria de morrer...^ As questões suscitadas por esta oração residem mais em procurar esclarecer se estes ideários sobepujavam meras opiniões individuais, representando a sensibilidade de grupos activos na sociedade portuguesa do seu tempo ou mesmo orientações estratégicas na discussão das condições políticas e sociais de exercício soberania.

■"■9 A crónica de D. João II de Rui de Pina relata este episódio, escrevendo que «o bispo de Évora foi levado aos castelo de Palmeia, e metido em uma cisterna, onde a poucos dias, e dizem que com peçonha, acabou sua vida» (PINA, *Chronica d'elRey D. João II,* in PINA, Rui de, *Crónicas,* (ed. de M. Lopes de Almeida), Porto, 1977, p. 930).

Colaborando para esclarecer estes problemas, a verdade é que esta oração romana prefere, em seguida, apresentar uma sentida apologética de D. Afonso V e do príncipe D. João, «dois solidíssimos baluartes contra os gentios, tão preparados para a guerra contra todos os infiéis, e nela tão exercitados e experientes que, entre todos os cristãos, há muito se não acha quem, já não digo, os vença e iguale, mas sequer os imite», (p. 32) Uma apologética que, pese embora as tópicas declaradas de modéstia e humildade, se alarga significativamente à glorificação dos membros mais destacados da dinastia dos Meneses, especialmente aqueles que se haviam distinguido nas conquistas e governação das praças magrebinas, em especial o avô do bispo eborense, o célebre conde D. Pedro de Meneses, governador de Ceuta, elogio estendido ainda ao seu pai, Duarte de Meneses, governador de Alcácer Ceguer, e a seu irmão Henrique de Meneses, governador de Arzila. Percebe-se com facilidade que o alargamento do panegírico, iniciado pelo elogio do soberano e do príncipe herdeiro, a membros destacados de uma nova grande nobreza erguida a partir das conquistas militares no norte de África, tem o valor de um evidente programa ideológico em que se procurava concorrer para resolver as recorrentes polémicas acerca dos valores próprios das virtudes nobiliárias, largamente vazadas nos temas do equilíbrio das armas e das letras. A virtude das armas tinha já um paradigma actualizado na figura e na obra do rei português:

> «Volto, por isso, ao mui ilustre Rei, do qual, por muitas e grandes coisas que se digam, sempre ficam muitas mais e maiores por dizer. É ele o célebre conquistador da África que, se não tivesse contido os seus poderosos reis tirando-lhes as cidades e vilas sitas no Estreito e no próprio Mar Atlântico, a calamidade que de lá trariam os Mouros para as Espanhas através do Estreito Gaditano seria indubitavelmente muito maior do que a que na Grécia o povo cristão sofreu dos Turcos vindos pelo Bósforo Trácio e pelo Helesponto. De facto, os Mouros da Numídia e da Getúlia e todas as nações contidas entre o Atlas e a costa do nosso mar são mais numerosas que nós e perseguem a fé de Cristo com os ânimos, se assim se pode dizer, mais acirrados. Além disso, têm na Bética o rei de Granada da sua raça e seita, tão experiente da guerra, e o seu reino tão munido pela própria natureza e cercado de tantas cidades marítimas que, se o mar lhes fosse livre e aberto como antes os portos de África, aquela peste seria sem dúvida mais grave nos nossos tempos do que foi outrorá para a Espanha. Eis porque, Santíssimo Padre, se pode com justiça dizer que, se lá se pratica e cultiva a fé de Cristo, isso se deve às fadigas e ao sangue dos reis de Portugal. Por isso, agora V. Santidade terá este Rei, o Príncipe e toda esta família, apesar de continuamente envolvidos nesta tão pesada guerra de África, sempre prontos e preparados para empreenderem, entre outros príncipes cristãos, este serviço contra os Turcos inimigos do género humano. Quem será, pois, tão falto de espírito e coração que, vendo tais reis, príncipes e povos aliar-se contra o império mais extenso que estável dos Turcos, não espere que este possa, dentro de relativamente pouco tempo, ser radicalmente destruído?» (p. 33)

Era preciso agora somar às armas uma nova ideia de letras, principalmente capaz de esclarecer os novos sentidos da pregação e pastoral cristãs. Deste modo, a verdadeira alternativa para a mobilização da cristandade residia segundo a oração na renovação da própria Igreja, associando palavras e obras, aproveitando o carisma e as funções das diferentes ordens: pregar, orar, financiar através da esmola e combater através das armas:

> «Os que dentre todo o clero valerem pela eloquência e autoridade, envie-os V. Santidade a demover os ânimos dos príncipes e povos. Os que se distinguem pela religião e santidade dêem-se a contínuos sacrifícios e orações. Os que possuem tesouros e bens preciosos, ofereçam-nos liberalmente. Os que forem experimentados na vida e na guerra, lancem-se aos trabalhos e aos perigos» (p.35)

As duas últimas funcionalidades podem parecer estranhas, mas estavam a ser profundamente discutidas nestas décadas finais do século XV, existindo diferentes sensibilidades e propostas para tratar os temas do poder, do dinheiro, da guerra. A oração é mesmo, neste campo, uma contribuição interessante para as discussões da pré-reforma religiosa neste período, explicitando o pensamento e a participação de determinados sectores elevados do clero que, muito longe das atraentes ideias de um retorno à pobreza da igreja apostolar ou da «modernidade» do irenismo erasmiano, defendiam a regeneração da Igreja justamente através do aprofundamento da sua acção militante, ofensiva, quase militar. Esta espécie de «belicismo» religioso, contra-ecuménico e «ortodoxo», encontra-se mal estudado e avaliado nas suas componentes também intelectuais ou nos seus envasamentos sociais, continuando a investigação histórica rendida ao prestígio do humanismo cristão que encontra em Erasmo de Roterdão o seu maior paradigma. Mas quem estuda aqueles que o erasmismo precisamente criticava? As suas ideias, influências e programas religiosos são praticamente desconhecidos, desvalorizados como estão debaixo dessa cómoda ideia de «crise do século XV» que invadiu para ficar os manuais de história cultural e religiosa que estudam os finais da Idade Média e o amanhecer do Renascimento. D. Garcia de Meneses é nitidamente um homem de pensamento e acção ligado a estas ideias de reconstrução de uma Igreja forte, unívoca e reitora, coextensiva com a sociedade e, sobretudo, com a *res publica,* inspiradora, por isso, duplamente, da construção ideológica da soberania e, na relação com outras culturas e religiões concorrentes, da unidade dos príncipes cristãos em torno de uma restauração da cruzada. A sua oração é um sentido manifesto em defesa deste ideário:

> «Sendo isto assim, Santíssimo Padre, não percais, rogo-vos, esta bela ocasião que agora se vos oferece para levar a cabo tal empresa. Na verdade, pressagiando-nos tudo o mais feliz evento para esta guerra, a morte do crudelíssimo tirano e a discórdia que nesta altura ocorre entre os seus filhos devem ser consideradas como um sinal dado do céu por Deus imortal para pegarmos em armas. Sigamos, pois, o nosso melhor general, Cristo Jesus, que mostra querer restituir à antiga liberdade a sua única esposa há tantos anos enxovalhada pelas torpezas dos mais vis algozes. Os que dentre todo o clero valerem pela eloquência e autoridade, envie-os V. Santidade a demover os ânimos dos príncipes e povos. Os que se distinguem pela religião e santidade dêem-se a contínuos sacrifícios e orações. Os que possuem tesouros e bens preciosos, ofereçam-nos liberalmente. Os que forem experimentados na vida e na guerra, lancem-se aos trabalhos e aos perigos. Os que não têm espada, sigam a doutrina do Salvador: vendam sua túnica e comprem uma. Se os imperadores, reis e povos virem os homens da nossa ordem e profissão fazerem isso diligente e ordenadamente, não duvido de que se lançarão de imediato não só a conquistar Otranto, o que espero se dê em breve, e a retomar toda a Grécia, mas também a libertar sem demora a própria Ásia das mãos dos turculentos bárbaros.» (p. 35)

Esta oração representa uma contribuição interessada para o debate sobre a construção de uma ideia renovada de Portugal, coligando a nova soberania da Avis à sua situação activa na defesa e expansão do Ocidente Cristão. Desde logo, pela apropriação ideológica que, do religioso ao militar, se procura fazer dessa ideia de cruzada, aproveitando a sua dimensão tão estratégica como fluida, para a aproximar justificadamente da história recente do reino de Portugal e das suas conquistas no norte de África. É também significativo e complementar verificar que o programa ideológico desta oração sai da autoria praticamente de um dos últimos casos de prelado militar, dirigindo exércitos (neste caso, «cruzada»...), remetendo para esse debate entre diferentes concepções de nobreza militar que perpassa pelo reinado de D. Afonso V, envolvendo vários segmentos e instituições da sociedade epocal, das nobrezas tradicionais às ordens militares, da Igreja aos novos grupos de juristas e funcionários que ajudavam a consolidar o Estado. Mais estranho ainda é esta oração oferecer um rasgado elogio do monarca português

que, em termos dinásticos, reside já claramente na figura do príncipe futuro D. João II. Precisamente o soberano que haveria de assassinar D. Garcia de Meneses e limitar a influência da grande nobreza na orientação da soberania[20]. Trata-se, naturalmente, neste elogio de acautelar os sentidos da herança dinástica, pautando os valores e acções que, exornados por D. Afonso V, deveriam passar a ser património dinástico e, por isso, plasmar as virtudes do príncipe herdeiro.

A outros níveis diferentes de estudo, esta oração é igualmente interessante para se tentar aproximar o conhecimento que existia nos meios áulicos portugueses dessa nova realidade política que era a construção e expansão do império otomano. É significativa a forma como se definem os otomanos: a palavra latina utilizada é sempre «turcos», reduzindo, assim, a rica pluralidade nacional e étnica do império otomano a uma componente parcial que, apesar de maioritária, não era totalizante. Por isso, a caracterização dos «turcos» é completamente tópica, salientando-se duas ideias recorrentes: eram bárbaros e cruéis. Assim, os «turcos» são sucessivamente apresentados ao longo da oração como «immanissimis barbaris» (crudelíssimos bárbaros); «bellue ille immanel» (cruéis feras); «turpia nefanda horribilia» (abomináveis feras); «fere he immanes» (imanes feras); «truculentas bestias» (truculentas feras) e «humani generis hostes» (inimigos do género humano). O texto reconhece muito difusamente que o Estado Otomano se havia organizado sob a forma imperial, mas limita-se apenas a referenciar vagamente uma única vez um «turcorum impedi». O sultão ou imperador otomano Mahomet II é, enquanto figura histórica de larga projecção epocal, completamente ignorado na oração que se limita a utilizar a expressão geral de «tyranno superbissimo & immanissimo» (soberbo e hediondo tirano). Mais significativo é ainda o desconhecimento, vazado em desprezo, das qualidades militares otomanas. A oração apresenta os seus exércitos como «mal organizados», «inábeis», «frágeis», assentando a sua ilusória superioridade na multidão e vencendo exclusivamente graças à referida «cobardia e fraqueza dos nossos capitães, bem como pela inércia e frouxidão dos povos» (p. 29). Ideias espalhadas um pouco por todas as cortes cristãs europeias que tiveram enormes dificuldades em perceber rigorosamente as formas militares e políticas em que assentava a expansão do império otomano[21].

Em termos panorâmicos, tanto esta oração como, anos mais tarde, os capítulos da crónica de D. Afonso V de Rui de Pina atrás acompanhados demonstram que o conhecimento português do império otomano era, nos horizontes que se estendem do começo da década de 1480 ao final do século, tão limitado como estratégico, sendo a oposição portuguesa à expansão otomana utilizada mais como peça político-ideológica para a consolidação de posições na Península Ibérica e junto do Papado do que para a concretização de um efectivo afrontamento

---

[20] O tema das chamadas (muito incorrectamente) «conspirações da nobreza» contra D. João II, entre 1483-84, mobilizou também, entre outros autores, a investigação lúcida do Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno em *A conspiração contra D. João II,* in «Arquivos do Centro Cultural Português, II, Paris, 1970, pp. 47-103. Em termos gerais, deve destacar-se que os afrontamentos entre D. João II e uma parte importante da grande nobreza portu guesa configura um caso de resistência nobiliária em oposição tanto aberta como «subterrânea» a uma concepção «cesareia» de poder soberano que encontra em D. João II um cultor, pelo menos no que tange a política interna, quase exemplar. Caracterizar, no entanto, a política régia de D. João II sob a definição de um absolutismo moder no afigura-se completamente desadequado e decorre de uma persistente confusão entre centralismo e absolutismo. O primeiro não é condição *sine qua non* do segundo, faltando no reinado de D. João II alguns dos instrumentos fundamentais do absolutismo moderno como uma sociedade de corte polarizadora das relações sociais elitárias, con centração de poderes em tribunais superiores régios ou, sobretudo, reformas gerais unificantes, do político ao social, do económico ao cultural. Trata-se de uma colecção integradora de condições que apenas se cumpriria no reinado de D. Manuel I que continua, estranhamente, a não atrair a moderna investigação histórica portuguesa, pese embo ra o aparecimento de alguns títulos recentes entre o comemorativo e o circunstancial.

[21] Uma boa investigação sobre a representação militar do império otomano nas cortes ocidentais da segunda metade do século XV encontra-se em CHRISTENSEN, Septhen Turk, *The Heathen Order ofBattle,* in «Violence and The Absolutist State. Studies in European and Ottoman History», Copenhagen, 1990, pp. 75-138.

do império otomano. A expansão otomana é, naturalmente, transformada por estes textos num perigo iminente que representa uma espécie de nova invasão bárbara, cruel e infiel, sugerindo-se também que a Igreja e as principais nações cristãs ocidentais se encontravam quase desmobilizadas perante esta ameaça, rendidas como estavam aos seus problemas políticos, económicos e, mesmo, a esse crítico ambiente de pré-reforma. Restava, assim, exornar a alternativa que já pelo poder régio já pela militância eclesiástica ecoava a partir desse Portugal que se batia pela fé com as armas em Marrocos. Por isso, se D. Garcia de Meneses não conseguiu fazer com que os turcos provassem o ferro das armas portuguesas, conseguiu, pelo menos, obter do papa novos privilégios para a cruzada portuguesa no norte de África. Paradoxalmente, também esta experiência haveria de ser quase anulada pela política de expansão joanina, claramente vinculada à exploração da África ocidental e, mais ainda, ao desenho de projectos «asiáticos», entre demandas de Prestes e sonhos de índias. Os otomanos seriam esquecidos, porque desaparecia também o seu interesse estratégico na afirmação portuguesa peninsular e romana quando a sua expansão se detém quase definitivamente nas regiões dos Balcãs, não conseguindo penetrar o centro da Europa e ganhar os territórios austríacos. A seguir, a expansão militar, territorial e comercial otomana haveria de se preocupar com outros horizontes geográficos, aqueles que se dirigiam para as águas ricas e quentes do Índico, aproximando os tratos das especiarias orientais. A expansão otomana veio a encontrar-se agora já não pela retórica, mas pela violência das armas, com essa outra expansão em movimento, a portuguesa. Seria entre rivalidades de Ormuz e cercos a Diu que este (re)encontro se viria a concretizar. Violentamente. Antagonica-mente. Mas esta é já «outra história», definitivamente afastada da história do Portugal Medieval de que o Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno foi Mestre tão distinto como Pedagogo inteligente.